

* 8 ABR 1990

Educação, a última das "prioridades"

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro da Educação, senador Carlos Chiarelli, escolheu três temas como as suas grandes preocupações: a erradicação do analfabetismo, os Cieps e os exames vestibulares. Os dois primeiros, que já foram objeto de nossos comentários, estão ainda na dependência do que s. exa. chamou de "tratamento adequado", ou seja, que fartos recursos financeiros tomem o caminho do Ministério da Educação. Já no que diz respeito à reforma ou extinção dos vestibulares a autonomia decisória do ministro Chiarelli é quase total. Sobre o assunto já se conhecem algumas definições, oferecidas, por exemplo, pela professora Miriam Bastos dos Santos, uma das integrantes do grupo de confiança que assessorou o novo ministro: "O vestibular não ficará como está".

O exame vestibular é uma antiga preocupação dos assessores educacionais do presidente eleito. Para o ex-coordenador da equipe de transição de Educação do novo governo, José Luitgard Moura de Figueiredo, o vestibular é um "teste de nervos", ineficiente, uma vez que "não prova a cultura do aluno"; a enfática opinião da professora Miriam Bastos justifica-se, para ela, no fato de que o teste, como no momento é feito, "é motivo de stress" para o jovem.

Antes de qualquer outra

consideração convém lembrar que a existência de uma Universidade séria e competente depende do nível de conhecimento tanto dos seus professores quanto dos seus alunos. Encarar toda a crise que cerca o momento do vestibular — que é produto quer da falência do ensino de primeiro e segundo grau, quer do próprio momento de transição que vive o jovem em busca da maturidade —, como um problema de stress, é passar recibo de que a Educação brasileira vai continuar brigando não com a origem da febre, mas sim com o termômetro! É compreensível que este instante de aferição seja tenso e sobre isso muito se pode fazer. No entanto, reformá-lo tendo como perspectiva unicamente esta tensão típica é desconhecer a profundidade da crise da Educação brasileira.

É importante lembrar que não é de hoje que se sucedem propostas para reformar o vestibular. Até 1987 a grande crítica ficava por conta da Lei 5.540/68, que impôs o vestibular "idêntico em seu conteúdo" para cursos e áreas afins e "unificado em sua execução", justificativa essencial para o malogro que muitas vezes os exames continham. O que se deve saber é que as universidades recuperaram a possibilidade de elaborar o seu vestibular conforme

suas exigências próprias; e que se estes continuam a desejar, duas constatações se impõem: as universidades não usaram bem sua autonomia ou a clientela escolar disponível está aquém de exigências mínimas, fato que, aliás, se pode facilmente comprovar quando se observa a quantia de vagas ociosas. Quanto à autonomia universitária, consideramos que a assessoria educacional do novo ministro não a desconhece, quando traça profundas reformas na instituição do vestibular.

É notório, portanto, que os grandes problemas do ensino superior brasileiro não começam na barreira do exame seletivo, por mais que este processo de avaliação apresente falhas, sanáveis todas. Exageros de fato acontecem, através de perguntas que ou desrespeitam o grau de conhecimento do estudante secundário brasileiro ou confirmam que o examinador é o despreparado. Este não é motivo suficiente para que se jogue fora o "termômetro"... Uma rápida observação no perfil das vagas ociosas fornece boas "pistas" quanto aos motivos de o vestibular "assustar" a tantos: os alunos menos preparados, com as piores médias, procuram os cursos que formam professores! Os alunos revelam stress, na hora em que são avaliados, pelo bom e

simples motivo de que o conteúdo curricular, que deveriam dominar, não dominam. A culpa é do exame ou de toda uma estrutura educacional em que exatamente o aluno que menos sabe é o que pretende ser o profissional que deve transmitir conhecimento? Que valor tem a própria idéia de Educação neste contexto?

O ensino superior brasileiro merece uma atenção maior do que uma simples revisão do momento do vestibular. Começa por uma séria discussão sobre o custo do aluno do ensino gratuito neste grau, continua em um rigoroso exame no destino das verbas oficiais — praticamente 80% dos recursos do MEC tomam o rumo do ensino de terceiro grau — em que, por exemplo, 79% das verbas das universidades federais em 1988 foram gastas com o pagamento de salários, uma entre outras grandes distorções. Isso para que não se fale na relação custo/benefício implícita na avaliação da produção acadêmica deste país. Pensar em rumos para esta avaliação implícita definir uma possível política educacional pelo menos para o ensino de terceiro grau. Mas isto tudo é difícil, fere privilégios, agita poderosos lobbies, sendo talvez preferível "reformular" o stress provocado pelo exame vestibular...